

A representação jornalística da doença: mecanismo de controlo social e espaço de mediação entre a ciência e a vida quotidiana.

João Carlos Correia

Universidade da Beira Interior

As possibilidades tecnológicas de alteração das regularidades biológicas associadas ao envelhecimento dos órgãos e das células, o debate sobre os limites éticos da intervenção médica, aliados à situação verificada pelas vagas de epidemias que marcaram o final do século passado e o princípio do novo, a inflação de esperança desencadeada em torno do imaginário colectivo pelas descobertas científicas, acompanhadas pela fobia e pelo pavor suscitadas por novas situações de risco desencadearam um aumento de interesse por parte do jornalismo em relação às questões da saúde e da doença. Tal interesse afirma-se através de temas que integraram uma nova agenda mais centrada na tentativa de controlar os danos provocados pelo desenvolvimento do que vocacionada para a utopia, a emancipação e a transformação social

Em simultâneo com esta viragem na modificação dos mecanismos de atenção, assistiu-se a uma viragem similar nos critérios de noticiabilidade: raros são os jornais e telejornais que não incluem nas suas notícias, a referência à descoberta de novos vírus, novas doenças, novas possibilidades de intervenção médica, novos problemas crónicos, novas possibilidades para o corpo acompanhados por uma panóplia de soluções para estes mesmos problemas. O corpo, a juventude, a beleza e a saúde readquiram uma importância nos critérios de noticiabilidade superior à que vulgarmente tiveram, nas décadas anteriores, na imprensa europeia de referência centrada até à pouco nos debates sobre a esfera pública e motivada pela generalização da ideia, hoje aparentemente diminuída, de responsabilidade social. Bandas gástricas, *sprays* para a regeneração das células e consequente possibilidade de remissão de peles ofendidas por queimaduras graves, intervenções cirúrgicas que devolvem a juventude, eliminação de rugas, luta contra a obesidade, riscos dos medicamentos associados ao bem estar civilizacional – os anti-depressivos que conduzem ao suicídio ou os anti-inflamatórios que conduzem, por sua vez, ao enfarte do miocárdio – operações cirúrgicas dos famosos, a multiplicação

das dietas milagrosas, perigos relacionados com alguns dos hábitos sociais tidos por adquiridos (exposição solar natural ou artificial, tabaco, café, uso do telemóvel, comida, bebida, sexo), todas as múltiplas possibilidades de produzir uma mensagem sobre o corpo e o seu funcionamento são aproveitadas e amplificadas até ao infinito.

De certa forma, estamos em face da emergência de uma nova agenda refractária às orientações políticas convencionais (os problemas da segurança económica, social, territorial e militar) e que se preocupa menos com organização colectiva da Polis e do Estado. Os *media* repercutem esse espírito, amplificando-o e contribuindo para a sua consolidação. Nas últimas décadas, o aumento da esperança de vida, as novas doenças, os imperativos narcísicos de uma sociedade consumista desafiaram as regras básicas do jornalismo. Tornaram-se o pretexto para uma necessidade de problematizar problemas antigos da reflexão sobre o jornalismo, numa dimensão nova, forçando profissionais e estudiosos a admitirem que o tratamento destes temas pelas notícias carece de um cuidado especial.

As práticas jornalísticas como mecanismos de controlo social

Num clima marcado por uma alteração clara dos costumes suscitada pelo aumento generalizado da esperança de vida, o Jornalismo afirmou-se, objectivamente, como um mecanismo de detecção da norma e do desvio ao nível da saúde e da doença, inserindo-se nas práticas modernas de controlo social. Tais práticas assentam, muitas das vezes, numa representação que, de certa forma, funciona como um negativo fotográfico; representando-se o que é socialmente aceitável, estigmatiza-se o que desperta a fobia, e vice-versa. Desta forma, os mecanismos de controlo social, no plano da doença e da saúde, no campo dos *media* podem gerar um discurso que exalta a cultura de ginásio, a obsessão com o corpo ao mesmo tempo que oculta a morte, produz representações estigmatizantes do doente e das práticas sociais que, por acção ou omissão, estão associadas à contracção das doenças. Como já foi largamente investigado, no jornalismo, as noções centrais de actualidade e de novidade remetem, claramente, para o que já foi dado por adquirido. A novidade assegura, pela negativa, através do seu carácter excepcional, a permanência das grandes regularidades.

A relação entre as instituições noticiosas e a sociedade revela uma estrutura imanente aos enunciados jornalísticos que mantém uma certa proximidade do senso comum e que ajuda a orientar os agentes sociais na sua acção sobre mundo. Concepções relacionadas com o desvio e o controlo encontram-se no coração não apenas das notícias, mas na própria metodologia do jornalista, influenciando as suas escolhas, a selecção das fontes e a elaboração final do relato, seja ao nível temático seja ao nível retórico. O profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos – implica, pelo menos para algumas correntes que se debruçam sobre ele, que os *media* noticiosos só podem sobreviver operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente, reproduzindo os significados objectivamente partilhados. As definições da realidade são suportadas e produzidas por um conjunto de práticas linguísticas por meio das quais são apresentadas determinadas definições da realidade previamente seleccionadas.

Os problemas relacionados com a saúde e a doença torna-se, precisamente, um dos campos de trabalho mais susceptível de fornecer exemplos significativos, na medida em que aí se procede à adopção de auto-retratos e de opiniões, que favorecem ou desfavorecem a auto-estima das pessoas e dos agentes sociais, muitas das vezes subjugando-os graças a um sentimento incapacitante de ódio contra si próprios. As consequências da informação jornalística no controlo social, no que diz respeito à saúde e à doença, têm uma face dupla: prescrever o que é correcto e denunciar o que deve ser banido. A percepção do que é tido por noticiável implica o recurso a quadros de experiência que nos permitem organizar a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais. Os *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais, auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências dentro do mundo da vida. As teses construtivistas, com a sua insistência na construção social da realidade, atribuem às representações sociais uma capacidade prescritiva: as representações sociais são sistema, ideias e práticas que estabelecem uma ordem que permita aos indivíduos orientarem-se a si mesmos no seu mundo social e material. A ocorrência destas representações implica a existência de um enquadramento em que se define o que é tolerado e o que é proibido de acordo com as regras de e um consenso social que é sistematicamente reafirmado. No limite, a doença é, sob o ponto

de vista da cultura, um tema ideal para a reafirmação dos valores comunitários podendo, no limite, implicar a intolerância e o receio do estranho. Fobias, fantasmas e deformidades alimentam os imaginários da cultura popular, mais próxima do senso comum e da percepção ingénuo em vigor no mundo da vida.

A representação estigmatizante da doença

Desde logo, há, elementos presentes, com relevo e intensidades diversas, na cultura do campo jornalístico que podem originar a representação mediática estigmatizante das epidemias e dos doentes que ultrapassam as causas sociais mais genéricas atrás referidas. No caso de algumas doenças, as dificuldades de relação entre o campo jornalístico e o campo científico agravam-se pelo recurso a profissionais insuficientemente preparados, pelas dificuldades mútuas de cooperação entre os profissionais dos dois campos, pelo escasso recurso às fontes potenciado pelas incompreensões mútuas das especificidades epistemológicas e organizacionais de cada campo, pela dificuldade dos peritos em adequarem a sua linguagem à linguagem jornalística e vice-versa, pela necessidade de personalização inerente à narrativa jornalística enquanto “estória”.

No caso de algumas doenças socialmente estigmatizantes, os factores recenseados por muitos investigadores revelam sobretudo um estado de incompreensão mútua cuja responsabilidade poderia ser equitativamente repartida mas onde se verifica que o preconceito agiu mais depressa do que o imperativo público que deveria motivar qualquer prática profissional.

O receio de as “estórias” não serem suficientemente atractivas, a carência de fontes especializadas e o receio de ficar delas dependentes, a própria epistemologia específica do jornalismo, ou seja, a sua maneira de conhecer mais centrada no acontecimento do que na problemática, a necessidade de atender ao valor-notícia «personalização», o receio das agências governamentais de que a cobertura mediática se traduzisse na estigmatização das vítimas originou dificuldades extremas no tratamento destes temas. (Miller e Williams, 1993: 129; Beharrell, 1993: 210). Os *media* foram, por diversas vezes, os responsáveis pela divulgação de erros que prejudicaram as campanhas de saúde pública. A trágica campanha desenvolvida pelo *Sun* e por uma

parte significativa dos tablóides britânicos durante finais dos anos 80 e princípios dos anos 90 – insistindo em que os heterossexuais jamais contrairiam SIDA, responsabilizando o governo por gastos excessivos na campanha contra a SIDA, apelando explicitamente (em Editoriais) à população para que esquecessem os alertas televisivos e os documentários maçadores e esquecesse a ideia que as pessoas normais e heterossexuais pudessem contrair SIDA, a forma como a opinião das associações médicas (British Medical Association e Educational Health Authority) foi trágica e deliberadamente esquecida, a indicação da SIDA como “Cancro dos Homossexuais” (vislumbrada no Diário de Notícias) ou pela divulgação do ícone de um fantasma associada à imagem do pavor e da morte, (efectuado pelo Correio da Manhã) (Traquina, 2001: 153-193; Traquina, 2004: 81: 107) – são apenas alguns dos modos como se constrói um cerco à estranheza marcado pela intolerância e pelo recurso a tabus.

A peça norte-americana *Angels in América* abordou de forma cirúrgica o conservadorismo que acolheu algumas das grandes doenças do século A forma como o personagem Roy Cohn¹ aborda o tema é inesquecível. O personagem, um advogado poderoso do *establishment* conservador em plena era Reagan, descobre que sofre de uma doença – SIDA – que é atribuída a práticas homossexuais. Confrontado com o diagnóstico, investiu o seu médico dizendo-lhe: “Eu não sou um homossexual. Sou apenas um heterossexual que teve relações que se fartou com pessoas do mesmo sexo. A SIDA é uma doença de minorias. Eu sou um homem poderoso”. E prosseguia: “Eu não tenho SIDA. Um homem como eu tem cancro do fígado”.

Os *media* sensacionalistas que assumem um perfil tablóide semelhante ao que domina parte da imprensa inglesa, apreciam o escândalo. O seu estilo é, por vezes, confundido com irreverência. Nada mais errado. Não há nada mais conservador do que o sensacionalismo. É óbvio que o ângulo de abordagem parte do consenso dominante no mundo da vida a que pertencem os *media*: a imprensa – sobretudo, os jornais sensacionalistas – insiste numa espécie de apelo à mobilização geral em defesa das evidências quotidianas. Porém, ao mesmo tempo sabe que a sua razão de ser é relatar a

¹ Nota do Autor Cohn, figura conhecida da direita americana foi o ajudante de McCarthy na era da Caça às Bruxas, tendo representado a acusação no célebre julgamento de Ethel e Jules Rosenberg, casal judeu que foi condenado à morte por espionagem a favor da URSS

transgressão. Por isso, o jornal sensacionalista vive nessa esquizofrenia que é a de ser, simultaneamente, um *voyeur*, um exibicionista e um agente da brigada de costumes. Observa, mostra e denuncia. Relativamente à saúde e à doença, mostra para censurar, mas tem que mostrar nem que seja para horrorizar e tirar uma conclusão moral.

O culto da beleza e da saúde: O Príncipe e a Cinderela são mutantes

Ao lado da invocação dos «monstros», dos desfigurados, dos fantasmas e dos leprosos do mundo, cuja moral pode, afinal ser fortemente conservadora e perversa, os *media* coexistem com uma outra estratégia: ao lado do banimento do que é estranho (mórbido e feio) deve-se promover o que é belo, único, digno de ser preservado. O discurso dos *media* é atravessado, de modo diferenciado, por práticas enunciativas que promovem uma cultura baseada num culto estereotipado de beleza e da juventude associado à moda e ao consumo. O ambiente cultural da sociedade de risco em articulação com o aumento da esperança de vida favorece a construção do corpo saudável, jovem, magro, sexualmente activo e fisicamente atraente, suficientemente apto para responder com qualidade às necessidades de uma longa vida. Quando se fala de uma quarta idade o desafio é que até na terceira idade (ou pelo menos no início) a capacidade de atracção se mantenha intacta, o corpo se mantenha disponível para desempenhos (*performances*) compatíveis com a idealização de uma juventude eterna ou no mínimo longa.

A construção do corpo tornou-se uma das obsessões desta época: depois do imperativo categórico, o imperativo narcísico torna-se um elemento incessantemente invocado pela cultura dietética, desportiva e higiénica dos nossos tempos. Adensa-se a preocupação com o bem estar, com a mente são, com o corpo são, o qual é insistentemente identificado como o corpo suficientemente apto para responder com qualidade às necessidades de uma longa vida.

Alguns investigadores afirmam sem hesitações que as mulheres vendem o seu corpo à indústria alimentar e dietética por influência das revistas que lêem e dos programas que vêem, a maior parte dos quais as tornam ansiosas sobre o seu peso. Os principais estudos na América e na Europa sobre o tema deixam dúvidas relativamente escassas. Referimo-nos aos trabalhos de Lana Rakow e Kimberlie Karnisch (1991, 41,

p. 8-23) que estabelecem relações de causa e de efeito entre consumos mediáticos e comportamentos a nível alimentar que podem acarretar riscos graves para a saúde. Andersen e DiDomenico (1992) demonstraram que as dez revistas mais populares lidas por homens e mulheres estavam repletas de artigos e de anúncios relacionados com a perda de peso. Porém, o material dirigido à mulher era dez vezes mais abundante do que o dirigido ao homem. Os trabalhos do grupo americano de pesquisa *Anorexia Nervosa & Related Eating Disorders* demonstram que uma em cada quatro adolescentes em idade escolar recorre ao vómito auto-induzido, ao exercício excessivo e ao abuso de laxantes. O *Canadian Fitness and LifeStyle Reseach Institut* denuncia que há medidas de controlo do peso que são adoptadas por miúdas de nove anos. Em Portugal, em 1996, o Núcleo de Doenças do Comportamento Alimentar do Hospital de Santa Maria realizou um estudo da prevalência da anorexia nervosa em jovens do sexo feminino nos distritos de Lisboa e Setúbal. Concluiu que em Portugal a prevalência da anorexia nervosa é baixa. Porém, o ideal de magreza e as alterações de comportamento que levam a uma perturbação da imagem corporal e à prática da dieta estão generalizados. Portugal encontra-se muito permeável às influências dos padrões culturais dos países mais industrializados, principalmente através dos meios de comunicação social.

Para além dos distúrbios alimentares, há uma tendência generalizada para exaltar a mudança de corpo: nos ginásios, com o recurso à indústria dos cremes e maquilhagem, na moda, claro, e, finalmente, no recurso às intervenções cirúrgicas da mais diversificada ordem. Temas como “reengenharia estética” ou “bioplastia” e “plástica sem cortes” enchem com relevo as páginas da Pública (nº 484, 4 de Setembro de 2005); Textos como “A Ditadura do Corpo” dão-nos um retrato do actor Paulo Nery e dos esforços desenvolvidos pelo autor “para melhorar o seu aspecto físico e aliviar as marcas da idade”, nomeadamente o recurso à toxina botulínica nas linhas da testa – um paralisante muscular usado para atenuar as linhas de expressão” (in “Única” nº 1714 de Setembro de 2005). São apenas exemplos colhidos da leitura de magazines que fazem parte da edição de jornais de referência.

A natureza polimorfa do discurso jornalístico

Apesar de tudo, uma reflexão crítica não justifica a produção de um discurso apocalíptico acerca do campo jornalístico. Desde logo, este tipo de fenómenos – a estigmatização do outro verificado nalgumas doenças, e a exaltação do corpo perfeito e saudável – não se encontram em todo o lado, nem com a mesma intensidade. O discurso jornalístico, atravessado por formas de racionalidade diversa, nomeadamente, a racionalidade estético-expressiva, a racionalidade dialógica e uma racionalidade de tipo cognitivo, pode recorrer à sua natureza polimorfa como uma vantagem que crie oportunidades para assegurar uma relação positiva entre ciência e vida quotidiana. O facto de operar na realidade dominante constitui a fragilidade e a força do modo de conhecer próprio do jornalismo. Segundo esta hipótese, talvez a força do jornalismo nas sociedades marcadas pela contingência diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum – um espaço de visibilidade mediática – que permita a transição entre realidades múltiplas, estabelecendo pontes entre o cidadão comum e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassam o pragmatismo da atitude natural. Isto é válido para províncias de significado como sejam a ciência, a cultura e a intervenção cívica. Sob o ponto de vista prático, esta óptica tem de ser considerada seja na adequação das mensagens às audiências seja em fenómenos extraordinariamente importantes como sejam as tentativas de produzir propostas que apelem à participação dos públicos, nomeadamente através da alteração de comportamentos. A exigência de um pluralismo crítico não diz respeito à intervenção política. Diz respeito à pluralidade das sensibilidades, expressões e dos modos de as representar.

Esta actividade de intermediação é exercida num um campo complexo de sentidos produzidos noutros contextos e reportados finalmente pelo jornalismo de uma forma que implica sempre a sua re-elaboração, a sua transformação numa realidade que transcende os limites dos contextos em que os acontecimentos se verificaram.

A força dos *media* reside na sua capacidade de re-territorializar as culturas e os consumos, as mensagens e as referências, conferindo-lhe um cunho de quotidianidade e naturalidade. Nesse sentido, sob o ponto de vista temático, os *media* lidam com realidades múltiplas ao suscitarem a interacção entre o dia a dia e os campos especializados. Na síntese do quotidiano, procede-se a uma descontextualização de imagens que ajudam a

formar e a transformar a percepção quotidiana das sociedades. De um certo modo, reduz-se a possibilidade dos acontecimentos mas simultaneamente abrem-se espaços que alargam os horizontes do quotidiano. .

Bibliografia:

Andersen A, DiDomenico L (1992) «Diet vs. shape content of popular male and female magazines: A dose-response relationship to the incidence of eating disorders?» In *Journal of Eat Disord* 11:283-287, 1992.

Bauman, Zygmant (1999), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Zahar.

Beharrell, Peter (1993) «Aids in the British Press», in Eldridge, John (Orgt.), *Getting the Message*, Londres. Routledge.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Diefel.

Dahlgren, Peter e Sparks, Colin (1992), *Journalism and Popular Culture*, London, Thousand Oaks, New Dheli, Sage.

Foucault, Michel, (1971) *L'Ordre du discours*, Paris, Gallimard.

Kinsella, James (1989), *Covering the plague: AIDS in the American Media*, New Brunswick and London, Rutegers University Press, 1989.

Lyotard, Jean-François (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.

Meditich, Eduardo, (2002) «O Jornalismo é uma forma de Conhecimento?» in *Revista Media & Jornalismo* nº1, Ano 1, Lisboa, pp.9-22.

Miller, David e Williams, Kevin (1993), «Negotiating HIV/SIDA information» in Eldridge, John (Org.), *Getting the Message*, Londres, Routledge.

Rakow, Lana e Karnisch, Kimberlie (1991), «*Woman as Sign in Television News*» in *European Journal of Communication*, , 41.

Traquina, Nelson, (2001), «O Jornalismo português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório» in Traquina, Nelson; Cabrera, Ana; Ponte, Cristina e Santos, Rogério (Orgs.), *O Jornalismo português em análise de casos*, Lisboa, Caminho.

Traquina, Nelson (2004), «A Sida como notícia: análise de caso sobre a cobertura jornalística HIV/SIDA nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*» in *Revista Media & Jornalismo* nº5, Ano 3, Lisboa, pp.81-108.